

SONHO E REALIDADE: VINTE E UM ANOS DA DIVISÃO DE MATO GROSSO*

Marisa Bittar**

1 - MATO GROSSO: UM ESTADO, DUAS HISTÓRIAS

Tratar da divisão de Mato Grosso e da história de Mato Grosso do Sul implica, de pronto, um olhar de alcance mais largo capaz de buscar raízes fora de suas fronteiras. É que, durante séculos, ficou incerto a quem o território pertencia: ao grande Mato Grosso ou ao Paraguai?

A trajetória transcorrida para que o sul de Mato Grosso se tornasse Mato Grosso do Sul não foi curta nem isenta de percalços. A demarcação de fronteiras em relação ao território paraguaio, por exemplo, foi selada por uma guerra, cujos resultados estão consagrados nos versos de **Sonhos Guaranis**, que dizem: “*Mato Grosso espera, esquecer quisera o som dos fuzis. Se não fosse a guerra, quem sabe hoje era um outro país*”¹. Já a separação em relação ao centro-norte mato-grossense se fez por outro caminho. Uma causa que atravessou um século, o separatismo sul-mato-grossense só encontrou solução

* Artigo elaborado com base na tese de doutorado intitulada *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, defendida em novembro de 1997 na Universidade de São Paulo (USP). Todas as entrevistas que serão citadas foram realizadas por mim e constam nos dois volumes da tese.

** Professora da Universidade Federal de São Carlos. Doutora em História Social pela USP.

¹ SIMÕES, Paulo; SÁTER, Almir. *Sonhos Guaranis*. In: *Prata da Casa*, Campo Grande : UFMS & TV Morena, 1982.

quando, a 11 de outubro de 1977, o governo Geisel, em pleno regime militar, assinou a lei que incluiu no desenho da bandeira brasileira uma nova estrela: Mato Grosso do Sul.

Na verdade, as duas porções do estado cresceram separadas. Pode-se dizer que, de certa forma, era um estado com duas histórias: um lado não conhecia o outro. O isolamento do sul em relação à capital não era fictício, tanto é que panfletos divisionistas da década de 30 reclamavam: “*Sabe-se que existe Mato Grosso pelo talão de imposto!*”

É que, na realidade, os dois estados já existiam antes mesmo de 1977: sul e norte, desde os tempos coloniais, viveram apartados. O norte mais identificado com a Amazônia; o sul, influenciado por São Paulo e por elementos culturais do Rio Grande do Sul e do Paraguai.

É oportuno lembrar ainda que Campo Grande foi ligada por asfalto a São Paulo antes de conectar-se a Cuiabá, o que ocorreu na década de 70. E mais: até a chegada dos trilhos da Noroeste, em 1914, a comunicação entre sul e norte realizava-se pelas águas dos rios Paraguai e Cuiabá. A relação entre os dois portos promoveu a proximidade e a semelhança cultural entre Cuiabá e Corumbá. Mas, à exceção dessas duas cidades irmãs, tudo o mais vivia no isolamento. Consultando o mapa do antigo Mato Grosso relembramos sua configuração alongada, que ensejou, mais do que em qualquer outra unidade federativa, o uso dos termos norte e sul. Portanto, a divisão foi um ato de reconhecimento dessa realidade.

Nascido para ser “*modelo*”, Mato Grosso do Sul completou recentemente os seus vinte e um anos de existência em grande estilo, concretizando o sonho que permeou o seu nascimento. Mas que sonho era esse? Qual foi o ideário da luta separatista durante mais de um século? Que forças sociais empalmaram a bandeira divisionista e quais as razões da divisão de Mato Grosso? Mato Grosso do Sul cumpriu seu ideal? Estas e outras questões são discutidas neste artigo que pretende analisar, em linhas gerais, o processo que originou a secessão de Mato Grosso bem como esboçar um balanço das duas primeiras décadas de história de Mato Grosso do Sul.

2 - CORONELISMO, MONOPÓLIO E AS PRIMEIRAS SEMENTES DA DIVISÃO DE MATO GROSSO

Até tornar-se Mato Grosso do Sul, o sul de Mato Grosso viveu uma trajetória histórica de mais de um século entre o nascimento dos ideais divisionistas e a edição da lei de 1977. A gestação do novo estado começou tão logo teve início a povoação branca na região. Por isso, abordar o processo de ocupação do antigo sul de Mato Grosso significa tratar da própria divisão do estado, visto que as suas raízes aí se encontram.

A parte sul de Mato Grosso, desde que começou a ser povoada pelas primeiras famílias mineiras e paulistas, em princípios do século XIX, foi palco de conflitos envolvendo a posse de terras. De um lado, os núcleos povoadores brancos, ao adentrarem em território sul-mato-grossense, ocuparam áreas que já tinham donos. Muitas vezes, os que chegavam tiravam o espaço dos índios escudados em documentos governamentais, como o de 1874, do Império, que autorizava a “*arredar os índios de qualquer modo e tomar conta de suas posses e garantir a família*”². De outro lado, as lutas entre os próprios brancos, uma vez que, após a Guerra do Paraguai (1865-1870) –de tristes lembranças-, os imigrantes, especialmente as “*comitivas*” gaúchas, tentando se estabelecer e conquistar seu quinhão de terra, tiveram que enfrentar o monopólio e o poder desmedido da Mate Laranjeira, que ameaçava tornar-se um “*Estado dentro do Estado*”³ ocupando grande parte do território no antigo sul de Mato Grosso. Com apoio do governo estadual, a empresa tentava impedir o povoamento da região e, com isto, gerou a semente divisionista, que nasceu como lema dos proprietários rurais.

Foi na esteira das pelejas entre coronéis que nasceram os anseios separatistas na porção do estado que hoje constitui Mato Grosso do Sul. Entretanto, tendo sido manifestações surgidas no bojo das disputas pelo poder estadual, não arregimentaram os chefes políticos sulistas, vez que estes encontravam-se sempre fracionados, cada grupo vinculado

² BARBOSA, Emílio Garcia. *Os Barbosas em Mato Grosso*. Campo Grande : Correio do Estado, 1961. p. 06.

³ ANDRADE, Arlindo. *Erros da Federação*. São Paulo : [s.n.], 1934. p. 53-54.

a um coronel do norte. Por isso, as contendas armadas pela disputa do poder político, ocorridas entre o final do século passado e começo deste se sobrepuseram a qualquer outra bandeira⁴. Nessas circunstâncias, o divisionismo não podia tornar-se uma causa comum dos chefes políticos sulistas, e mesmo aqueles que a defenderam, não o fizeram sempre. Por exemplo: em 1896, João Mascarenhas, um dos mais destacados chefes políticos da *Vacaria*, era um ferrenho opositor de João Caetano Teixeira Muzzi, que se posicionava pela cisão de Mato Grosso. Na seqüência do enfrentamento entre ambos Mascarenhas, conhecido por Jango, sitiou e incendiou a fazenda do adversário que, então, exilou-se no Paraguai, onde morreu.

Emílio Garcia Barbosa, a propósito da luta que “*desuniu a maior força do sul*”, afirma que, derrotado Muzzi, a vingança veio sem tardança pois “*os políticos de Cuiabá não dormiam, quer fornecendo armas a uns, quer aos outros*”⁵. Assim é que, nos confrontos de 1901 em que Generoso Ponce e Murtinho combatiam o “*façanhudo*” Totó Paes, Ponce contou com os contingentes e a lealdade de Mascarenhas, seu fiel aliado na porção sul do estado. No desenrolar dos embates, juntou-se a ele, em Nioaque, o causídico João Barros Cassal que, segundo Paulo Coelho Machado, “*pôs na cabeça de Mascarenhas que o sul tinha que apartar-se do norte*”⁶. Assim, segundo seus biógrafos, antes de tombar nos combates, ele teria aderido à causa separatista.

O período em que “*a lei era o 44*” só terminou no sul de Mato Grosso por volta de 1911, ocasião em que as derradeiras manifestações divisionistas emergiram dos conflitos intra-oligárquicos. Desta feita era o “*experimentado caudilho*” Bento Xavier, partícipe do cerco bélico que tirou a vida de Mascarenhas quem pregava a secessão do

⁴ Pode-se dizer que a trajetória separatista teve início em 1892 quando, em meio à crise institucional que ameaçou o cargo do presidente do estado, Manoel Murtinho, surgiu, no sul, mais precisamente em Corumbá, a idéia de desmembrar Mato Grosso da federação brasileira. Contra o intento mal pensado logo insurgiu-se João Mascarenhas, um dos chefes políticos mais destacados da *Vacaria*. O “*Estado Livre de Mato Grosso*” não passou de desatino.

⁵ BARBOSA, Emílio Garcia. *Op. cit.*, p. 52.

⁶ MACHADO, Paulo Coelho. *Entrevista*. Campo Grande, 05 ago. 1997.

sul. Mas ele foi batido pelas forças de um ferrenho anti-divisionista: o coronel Jejé, de Aquidauana. Derrotado, o caudilho gaúcho, tal como Muzzi, rumou a pé para o Paraguai, onde morreu. O país guarani, como se vê, desde a gênese das lutas pela criação de Mato Grosso do Sul, foi a nação irmã que acolheu os seus refugiados políticos.

Esgotado o ciclo das lutas armadas, os caudilhos, que, segundo relatos da época, deixaram “*intranquilo todo o sul de Mato Grosso*”, foram substituídos por um novo grupo político que agora centrava-se em Campo Grande, a pequena vila da década de 10 que em pouco tempo sobrepujou Nioaque, Corumbá e Miranda. Ali começou a ser gestada a nova elite política sul-mato-grossense: os “*doutores*”, isto é, filhos de famílias tradicionais, recém-formados em Medicina ou Direito, principalmente. Os “*homens da lei*”, destinados a substituir os chefes da época do bacamarte. Iniciaria também em Campo Grande uma nova fase do divisionismo.

Mas, que razões desencadearam o separatismo no final do século XIX? Basicamente o monopólio da empresa Mate Laranjeira, que impedia o povoamento do sul de Mato Grosso. Manoel Murinho, ex-presidente do estado e sócio da Companhia, chegou a afirmar em ameaçadora carta de 1907, que preferia ver a região ocupada por empresas estrangeiras do que pela imigração rio-grandense. A Mate Laranjeira, uma empresa que “*mandava e não pedia*”, segundo Arlindo de Andrade, tornou-se uma espécie de “*Estado dentro do Estado*”, retardando o povoamento do sul de Mato Grosso. Aqueles que se levantavam contra o seu poderio e desmedido latifúndio eram logo rotulados de “*agitadores*”, “*filhos de outros estados*”, que se constituíam em “*comitê organizado*”, guiados por um “*plano audacioso de assalto a esse patrimônio do Estado, confiado à nossa guarda*”⁷. Tal era o conteúdo de um documento emitido pela Mate em 1931!

No entanto, apesar da hostilidade, os imigrantes persistiram. Na década de 50 a população dos municípios ervateiros (Amambai, Bela Vista, Dourados, Ponta Porã e Rio Brillhante) abrangia 84.193 habitantes de um total de 522.044 que Mato Grosso possuía. A ten-

⁷ ANDRADE, Arlindo. *Op. cit.*, p. 64.

dência de maior população no sul do estado já começava a reverter o quadro dos três primeiros séculos de história de Mato Grosso quando o sul era praticamente desconhecido dos brancos.

Outro fator importante contribuiu para acentuar o isolamento do sul em relação ao centro-norte e o sentimento regionalista. Na primeira década do século XX a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ao ligar o sul do estado a São Paulo, substituiu o caminho das águas pelo caminho dos homens e, nessa arrancada, avultou Campo Grande que, então, passou a desempenhar o papel de centro político do sul. Mas não se tratava exclusivamente de preponderância política: a pujança econômica dessa porção de Mato Grosso fez com que, na década de 40, o presidente Getúlio Vargas declarasse Campo Grande a “*capital econômica*” do estado. Estavam criadas as condições históricas para que ela desempenhasse também um outro papel: a de protagonista da rivalidade com Cuiabá. Aspirando tornar-se capital, a *Cidade Morena*, por meio da nova elite política ali criada, editaria outros rumos à causa separatista. A sonhada divisão, porém, esbarraria em acidentados percalços até que chegasse o dia 11 de outubro de 1977.

3 - CAMPO GRANDE, O MOVIMENTO DE 1932 E A NOVA ELITE POLÍTICA DO SUL DE MATO GROSSO

A partir dos anos 20 o sul de Mato Grosso viu deslocar-se a sua liderança política de Nioaque, Miranda e Corumbá para Campo Grande, que teve a sua gênese como entreposto para comercialização de gado. Sua fama de então expressava-se na voz corrente segundo a qual, na vila, corriam juntos o boi e o dinheiro.

A futura capital fora beneficiada pela chegada da locomotiva em 1914 e, depois, pela 9ª Região Militar do setor Oeste, que ali se instalou em 1921. A sua hegemonia foi reafirmada quando eclodiram os movimentos tenentistas da década de 20 e, depois, os episódios de 1932, que contaram, fora das raias de São Paulo, com apoio de contingentes sul-mato-grossenses. Virgílio Corrêa Filho chegou a afirmar que a “*revolução paulista*” de 1932, por ter sido comandada pelo general Bertoldo Klinger, sediado em Campo Grande, praticamente fora

desfechada dali. Já Demosthenes Martins, que aderiu às operações, diz que a partir de então Campo Grande “*participou de todos os movimentos políticos da nacionalidade*”⁸. O certo é que nesse episódio, tendo permanecido Cuiabá leal a Vargas e Campo Grande favorável aos paulistas, acentuou-se o distanciamento desta em relação àquela.

Campo Grande, a essa altura, contava com uma elite política proveniente das famílias pioneiras que ocuparam o sul (era o caso de Vespasiano Barbosa Martins) bem como das levas migratórias nacionais (Eduardo Olímpio Machado, Arlindo de Andrade, Demosthenes Martins) e estrangeiras (Nicolau Fragelli). Esse novo grupo dirigente que substituiu os homens do bacamarte distinguia-se não tanto pela sua origem social, posto que, tal como os primeiros chefes do sul, era, na maioria, originário da classe latifundiária, aliás, a protagonista da divisão de Mato Grosso.

Na verdade, a *Cidade Morena*, ao substituir Nioaque e Corumbá em importância política, representou também uma nova fase em que uma elite intelectualizada se sobrepôs aos caudilhos e à época das lutas armadas. O rol dos homens que lutaram pelo “*progresso da cidade*”⁹, segundo Antonio Lopes Lins, incluía Eduardo Olímpio Machado, Vespasiano Barbosa Martins, Arlindo de Andrade, Eduardo Santos Pereira, Nicolau Fragelli, Demosthenes Martins, Laucídio Coelho, Arnaldo Estevão de Figueiredo e Fernando Corrêa da Costa, entre outros. O elenco revela, por um lado, uma elite política com formação aristocrática, oriunda das tradicionais Faculdades de Direito da época (Eduardo Machado e Arlindo de Andrade, por exemplo) ou de Medicina (Vespasiano Barbosa Martins, Nicolau Fragelli, Fernando Corrêa da Costa) e, por outro, a classe social vinculada à posse de terras. Do rol, quase todos foram prefeitos e/ou governadores, o que demonstra a força política do sul no estado uno. Eduardo Olímpio Machado e Arlindo de Andrade destacaram-se ainda como “*divisionis-*

⁸ MARTINS, Demosthenes. *A poeira da jornada*. Memórias. São Paulo : Resenha Tributária, 1980. p. 89.

⁹ LINS, Antonio Lopes. *Eduardo Olímpio Machado*. Cuiabá : Fundação Cultural de Mato Grosso, 1976. p. 83-84.

tas radicais”, segundo definição de Paulo Coelho Machado. Quanto a Vespasiano Barbosa Martins, nomeado “*governador constitucional*” de Mato Grosso por Klinger, em 1932, passou a ser identificado a partir de então, como o mais ilustre de todos os divisionistas.

O certo é que Campo Grande passou a editar novos rumos para a causa separatista após o malogro da “*revolução*” paulista. Wilson Barbosa Martins, genro de Vespasiano, relata as lembranças que guardou da cidade, a “*praça revolucionária*”¹⁰, cujo clima de agitação e engajamento político era “*total*” em 1932. Ele afirma que nas escolas da época o discurso dos professores era pautado por uma espécie de “*civismo*” em apoio à “*revolução*”.

Foi depois da derrota que estudantes mato-grossenses criaram, no Rio de Janeiro, a Liga Sul-Mato-Grossense, que expressou pela primeira vez em documento, a intenção de dividir Mato Grosso. Por isso, a partir de 1934, pode-se dizer que a *causa divisionista* transformou-se em *movimento divisionista*. Isto quer dizer que as manifestações e anseios esporádicos do passado, surgidos nos levantes armados intra-oligárquicos, foram assumidos por uma entidade representativa organizada para este fim: lutar pela criação de uma unidade federativa no sul de Mato Grosso.

Neste sentido, a “*revolução*” de 1932 não colheu apenas fracassos. Para o sul de Mato Grosso ela foi o prenúncio de 1977: os episódios decorridos daí, incluindo o governo efêmero de Vespasiano, faziam supor que, cedo ou tarde, Mato Grosso seria dividido.

Quanto à Liga Sul-Mato-Grossense, atravessou momentos distintos no decorrer de sua atuação. No início, chegou a cogitar até mesmo a transferência da capital para Campo Grande. Neste caso, o estado não seria cindido, apenas trocar-se-ia a sua sede. Tal medida, contudo, não resolveria o problema do distanciamento entre os dois pólos, permanecendo um deles isolado da capital. A situação seria simplesmente invertida: com a capital no sul, ficaria isolado o centro-norte. Mas isto demonstra que, para os divisionistas, nenhuma cidade mato-grossense merecia mais o estatuto de capital do que Campo

¹⁰ Divisão foi um sonho que mobilizou o Sul. *Correio do Estado*, Campo Grande, 10 out. 1995, p. 04.

Grande. Paulo Coelho Machado, um dos personagens centrais dessa causa, escreveu: “*Houve sempre um consenso geral no sentido de que a comunidade estava fadada a um grande destino*”. Melo e Silva, por sua vez, na obra *Canaã do Oeste*, de 1947, assim profetizou sobre a cidade: “*O mais impressionante, porém, é que não se mede Campo Grande pelo que ela é: todos vivem mergulhados no grande sonho daquilo que ela vai ser*”¹¹.

Aliás, dos anos 30 até a década de 60, a supremacia do sul era reafirmada em várias obras de expressão da causa sulista: Arlindo de Andrade, por exemplo, em *Erros da Federação*, de 1934, já assinalava, após análise da situação econômica de Mato Grosso, que: “*O estado vive hoje do que rende o sul*”¹². Emílio Garcia Barbosa, igualmente afirmava que “*a arrecadação do sul somava mais de dois terços da totalidade*”. Já Oclécio Barbosa Martins, em estudo sobre a geopolítica do estado, concluía: “*O sul possui tudo, menos administração*”¹³.

O ideário constante nas obras e manifestos da Liga Sul-Mato-Grossense a contar de sua fundação, estará sempre expresso em termos da dicotomia progresso-atraso. O sulista, sinônimo de campo-grandense, sempre descrito como “*aberto a todas as iniciativas*” e “*desinteressado de cargos públicos*”; enquanto que o “*cuiabano*”, identificado com “*as coisas do Estado*” e “*a máquina da governança*” que, aliás, geria “*tão mal*”. “*Entre o estatismo do centro-norte e o dinamismo do sul, vai um mundo*”¹⁴, apontava documento de 1934. Inconformada com o fato de o sul “*ver escoar-se a maior parte do produto do seu trabalho para satisfazer necessidades e serviços públicos de Cuiabá*” e convencida de que “*a política de Cuiabá agiu sempre contra o sul*”, a Liga arrematava: “*O movimento divisionista é, assim, lógico, urgente. Para evitar a nossa ruína Cuiabá não nos pode dirigir mais*”¹⁵.

¹¹ MELO e SILVA, José de. *Canaã do Oeste* (Sul de Mato Grosso). Campo Grande: Tribunal de Justiça, 1989. p. 86.

¹² ANDRADE, Arlindo. *Erros da Federação*. São Paulo : [s.n.], 1934. p. 76-79.

¹³ MARTINS, Oclécio Barbosa. *Pela defesa nacional: estudo sobre redivisão territorial do Brasil*. [s.l.] : [s.n.], 1944. p. 84.

¹⁴ LIGA Sul-Mato-Grossense. *A divisão de Mato Grosso: resposta ao general Rondon*, p. 09.

¹⁵ LIGA Sul-Mato-Grossense. *Op. cit.*, p. 30.

4 - GEOPOLÍTICA E SEPARATISMO ENTRE DUAS DITADURAS

A década de 30 foi rica em experiências para o movimento divisionista. Depois de derrotado o levante paulista de 1932, ao qual haviam aderido contingentes sul-mato-grossenses, os separatistas não perderam as esperanças: mesmo fortalecido o poder de Vargas, acreditaram nas intenções geopolíticas do governo entendendo que haveria redivisão territorial do país.

Por isso, colheram 20 mil assinaturas em todo o sul de Mato Grosso com o intuito de demonstrar à Assembléia Constituinte de 1934 a necessidade da divisão do estado. O governo estadual, ciente do que se passava no sul, agiu rapidamente: encarregou as Delegacias de Polícia a reprimirem qualquer intenção separatista. Em Nioaque, por exemplo, foi divulgado o seguinte telegrama em março de 1934: *“Deveis ordem Governo Estadual proibir energicamente qualquer manifestação Caravana Separatista. Idéias Subversivas. Saudações. Heráclito Silva Braga”*¹⁶.

Apesar da repressão, a demanda divisionista chegou à Constituinte. Acreditando nos *“ideais reformistas da Revolução de 1930”* que inscrevera no seu programa *“a criação de territórios federais nas zonas despolicidadas e mal cuidadas, com o seu desenvolvimento entravado por falta de ação administrativa estadual”*, os signatários chegaram até a pleitear *“a cassação da própria autonomia, subordinando-se à administração direta do Governo Federal”*¹⁷ caso os constituintes concluíssem pela falta de elementos que justificassem a criação de um estado autônomo no sul de Mato Grosso. Em outros termos: a rivalidade com Cuiabá alcançou tal proporção que os separatistas preferiam ver o sul constituído em território subordinado ao governo Vargas, que haviam combatido em 1932, a vê-lo governado *“por Cuiabá”*. Os documentos chegados à Constituinte dão conta da intolerância pelo *“governo do centro”*, uma vez que, alegava a Liga Sul-Mato-Grossense, o sul produzia *“três vezes mais que todo o centro*

¹⁶ MATO GROSSO. Delegacia de Polícia de Nioac e Entrerios. Edital, 08 mar. 1934. In: MARTINS, Oclécio Barbosa. *Op. cit.*, p. 100.

¹⁷ LIGA Sul-Mato-Grossense. Manifesto ao Chefe do Governo Provisório e à Assembléia Constituinte. In: MARTINS, Oclécio Barbosa. *Op. cit.*, p. 95.

e o norte conjugados” mas isso não era levado em conta pelo “*cuiabano, senhor absoluto do Estado*”, que negava ao “*homem do sul*” qualquer ingerência nos negócios públicos, não passando ele de “*mero contribuinte e nada mais*”. Apelava então a Liga para o “*desmembramento do sul de Mato Grosso, para a formação de outro estado, ou de um simples território federal*”. Agindo assim os constituintes atalhariam “*uma insurreição de conseqüências lamentabilíssimas*”¹⁸! Tudo em vão: a Petição não mereceu acolhida da Constituinte.

Instalada a ditadura do Estado Novo em 1937, Vargas inclusive combateu tenazmente toda espécie de regionalismo e, a propósito, promoveu a queima das bandeiras estaduais em ato público pretendendo, com este gesto, simbolizar a unidade nacional. Mas ele tinha as suas preocupações geopolíticas. Respalhado na concepção nacionalista e no intervencionismo estatal, lançou, em 1938, a campanha ***Marcha para o Oeste***, que sintetizou os propósitos de interiorização do país. A sua geopolítica ficou expressa no movimento de expansão interna, tal como afirmou para deixar claro que o Brasil não tinha pretensões territoriais fora de seus limites geográficos: “*O nosso país tem necessidade de crescer dentro de suas fronteiras*”¹⁹. Assim, era necessário ocupar as suas “*áreas desertas*”. Decorrentes dessa política, voltou as vistas para o sul de Mato Grosso e criou, em 1943, a Colônia Agrícola de Dourados e o Território Federal de Ponta Porã. Foi evidente a decepção dos divisionistas pois a área sob jurisdição do Território criado não abarcava a próspera Campo Grande, que já aspirava o título de sua rival: ela permaneceu em terras mato-grossenses, governada “*por Cuiabá*”.

Apesar da frustração, quando a Constituinte de 1946 achou por bem reincorporar o Território Federal de Ponta Porã a Mato Grosso, várias vezes se levantaram. Uma delas foi a de Juarez Távora, conhecedor do território sul-mato-grossense, por onde havia marchado durante as revoltas tenentistas dos anos 20. Depois das expedições,

¹⁸ LIGA Sul-Mato-Grossense. Pela divisão do estado de Mato Grosso: representação dos sulistas ao Congresso Constituinte. In: MARTINS, Oclécio Barbosa. *Op. cit.*, p. 99.

¹⁹ VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. v. 5. O Estado Novo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. p. 305-306.

defendeu propostas de redivisão territorial do país que contemplavam a questão meridional de Mato Grosso e, por isto, considerou um retrocesso a decisão de 1946. José Barbosa Rodrigues, divisionista histórico, afirmou, por sua vez, que a criação do Território satisfazia parcialmente “*o sonho sulista*”. Já Demosthenes Martins asseverou que o Território Federal de Ponta Porã cumpria o papel de preparar o sul de Mato Grosso para “*a almejada divisão*”²⁰.

O certo, porém, é que não coube à ditadura Vargas solucionar a questão separatista do sul de Mato Grosso: a tarefa seria adiada para outra ditadura. Sob o regime militar instaurado em 1964 a secessão finalmente encontraria respaldo. Mas isso porque o governo Geisel, autor da divisão, encontrava-se fortemente ancorado na concepção geopolítica do general Golbery do Couto e Silva, cujos escritos estão condensados em *Geopolítica do Brasil*.

O ideólogo do regime militar defendia a ocupação estratégica do território nacional de forma a estimular o desenvolvimento capitalista, que, no contexto da Guerra Fria, achava-se ameaçado pelo “*comunismo*”. As regiões de fronteira com outros países, como era o caso do sul de Mato Grosso, não poderiam ficar “*desguarnecidas*”, à mercê de “*ataques subversivos*”, de “*guerrilhas*” etc, enfatizava ele. É oportuno lembrar que em 1967 o líder revolucionário Che Guevara fora assassinado na Bolívia e que essa região fronteiriça com o sul de Mato Grosso sofria, segundo Golbery, a influência dos movimentos de guerrilha. Tais “*ameaças*” poderiam ser evitadas se o território fosse “*ocupado*”, isto é, ficasse sob controle do Estado e de políticas de estímulo ao desenvolvimento capitalista. A lógica da Guerra Fria, portanto, está presente na concepção geopolítica de Golbery, que alia a necessidade de se ocupar o território à disputa ideológica entre capitalismo e “*comunismo*”. Para ele, a disputa entre o “*ocidente democrático*” e o “*oriente comunista*” não comportava “*neutralidade*”. Assim, uma das estratégias internas para o Brasil, deveria ser a ocupação, “*a tempo*”, dos “*espaços vazios*”, entre os quais incluía-se o Centro-Oeste, que deveria ser “*integrado no todo ecumênico brasileiro*”²¹.

²⁰ MARTINS, Demosthenes. *História de Mato Grosso*. São Paulo : Vaner Bicego, [s.d]. p. 117-118.

²¹ COUTO e SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*, 1967. p.46-57.

Os governos militares estavam bem apetrechados de estudos geopolíticos que agora ganhavam nova feição: a concepção de *segurança nacional*. Tão logo assumiu a presidência da República, o general Ernesto Geisel deu mostras de que estava disposto a intervir na configuração geográfica de algumas partes do país. Aliás, o **II Plano Nacional de Desenvolvimento** (PND), editado em dezembro de 1974, afirmava que a prioridade, “*em matéria de divisão territorial é considerar um ou dois pontos importantes da ocupação do subcontinente Amazônia-Centro-Oeste, com atenção especial à situação de Mato Grosso*”²².

Assim, depois de mais de um século de existência da questão meridional de Mato Grosso, a conjugação da geopolítica golberyana com os anseios separatistas existentes no sul do antigo estado desde o final do século XIX propiciou as condições históricas para que, então, em 1977, fosse criado Mato Grosso do Sul.

5 - A DIVISÃO DE MATO GROSSO: UMA CAUSA SEM PARTIDO

A bandeira da divisão de Mato Grosso, ao longo de sua trajetória secular, não foi empalmada por nenhum partido político. No início do século XX ela se manifestava em meio aos conflitos intra-oligárquicos, não tendo chegado a se destacar como causa de nenhum deles. Na década de 30, após a derrota da “*revolução*” constitucionalista paulista, estudantes criaram a Liga Sul-Mato-Grossense, entidade destinada a pleitear a divisão de Mato Grosso. Entretanto, como foi mencionado, ela não teve sua Petição acatada pela Constituinte de 1934. Logo depois, em 1937, o advento da ditadura arrefeceu o movimento.

Mas foi nessa fase que se destacaram alguns divisionistas que inscreveram seus nomes na história da criação de Mato Grosso do Sul. Oclécio Barbosa Martins foi um deles. Tendo escrito, em 1944,

²² BRASIL, *II Plano Nacional de Desenvolvimento*, 1975, p. 46.

Pela defesa nacional: estudo sobre redivisão territorial do Brasil, esta obra permaneceu por muito tempo como livro de cabeceira dos separatistas. Além disso, tinha seus artigos sempre publicados pelo jornal *Correio do Estado*.

Coube a Paulo Coelho Machado, “*um apaixonado por Campo Grande*”²³, retomar a causa defendida por tantos outros divisionistas da geração de 30. Mas além dele e da Liga Sul-Mato-Grossense, destacou-se o jornal *Correio do Estado*, que sustentou a bandeira separatista desde a sua fundação, em 1954, constituindo-se numa espécie de “partido” da divisão de Mato Grosso durante as décadas de 50, 60 e 70. Seu diretor, José Barbosa Rodrigues, ligado à UDN no pré-64, assegura que “*a campanha pró-divisão de Mato Grosso contou com o apoio total do jornal*” que procurou manter “*acesa a chama da divisão*” publicando artigos e notícias sobre o assunto. Entre os colaboradores que redigiram artigos favoráveis à secessão, ele cita Oclécio Barbosa Martins e Paulo Simões Corrêa, enfatizando: “*Tinha eu aqui no jornal e a Liga que lutava pela divisão, presidida pelo Dr. Paulo Machado*”²⁴.

Mas que razão explica o fato de a causa não ter sido abraçada por nenhum partido político? Fundamentalmente a essência mesma da luta pela divisão. Sendo um lema regionalista e incerto, era problemático para os partidos. Na verdade, nenhum político desejava ser identificado em época de eleição como contrário ao “norte”. A propósito, na campanha para governador de 1950, o candidato Fernando Corrêa da Costa (UDN), pronunciou veemente discurso combatendo uma “*calúnia urdida contra a sua pessoa*”. Esclarecendo ser contrário à mudança da capital e às idéias separatistas, dizia: “*Para eu esposar essa idéia matricida seria necessário renunciar a todo o meu passado e dos meus. Seria renegar o meu sangue e minha formação moral, que tem suas raízes mergulhadas na nossa querida Cuiabá*”²⁵.

²³ FRAGELLI, José M. F. *Entrevista*. Aquidauana, 04 nov. 1995.

²⁴ RODRIGUES, José Barbosa. *Entrevista*. Campo Grande, 27 fev. 1996.

²⁵ Nosso candidato. *Jornal do Sul*, Aquidauana, 05 fev. 1950, p.01.

Analisando a postura dos políticos em relação à divisão, Paulo Coelho Machado costuma dizer que: “*Ficaram todos em cima do muro pra ver o que é que dava. Porque era uma situação duvidosa: vai sair ou não vai sair a divisão? Então o sujeito estava esperando uma definição maior para aderir*”²⁶. Opinião semelhante tinha Plínio Barbosa Martins. Em depoimento a esta pesquisa, considerou que “*alguns políticos conhecidos que aspiravam uma posição política futura temiam que, não acontecendo a divisão, ficar numa situação difícil com o eleitorado do norte*”²⁷.

Assim é que, no período de 1946 a 1964, nenhum dos dois maiores partidos políticos do estado – a União Democrática Nacional e o Partido Social Democrático – defenderam o divisionismo. Igualmente nos anos 70 em Mato Grosso, nem o MDB nem a ARENA tomaram a divisão como causa. Ocorreu, porém, que a Escola Superior de Guerra mantinha estudos geopolíticos realizados no sul de Mato Grosso desde a década de 50 (Juarez Távora) e, depois, no governo do general Castelo Branco (Geisel e Golbery). Quando, em 1975, o general Geisel foi alçado à condição de presidente da República lançou mão de uma velha tese da Escola sobre redivisão territorial. Foi então que promoveu, primeiro, a fusão do antigo estado da Guanabara ao Rio de Janeiro e, depois, a divisão de Mato Grosso. No ato da criação de Mato Grosso do Sul, em 11 de outubro de 1977, afirmou que considerava tal medida uma “*necessidade decorrente, em primeiro lugar, de uma imposição geográfica, decorrente também, do desenvolvimento do país, e, sobretudo, da ocupação, da utilização de novas áreas que até agora jazem apenas em estado potencial; mas decorrente também de uma necessidade política, tendo em vista um melhor equilíbrio da Federação do dia de amanhã*”²⁸.

²⁶ MACHADO, Paulo Coelho. *Entrevista*. Campo Grande, 03 jan. 1996.

²⁷ MARTINS, Plínio Barbosa. *Entrevista*. Campo Grande, 09 jan. 1996. As palavras nunca serão ociosas quando forem empregadas para registrar a figura pública de Plínio Barbosa Martins, um dos maiores políticos que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul tiveram. Sua morte, em outubro de 1998, empobreceu o cenário político sul-mato-grossense.

²⁸ GEISEL, Ernesto. *Pronunciamento*. Brasília, 11 out. 1977.

O estado-sonho tornava-se, enfim, estado-realidade: estava criado Mato Grosso do Sul. Mas se o sonho era de todos não se saberá. A ausência de um plebiscito evitou que se apurasse a opinião das duas populações interessadas: a do sul e a do centro-norte. Tendo sido realizada pelo regime militar, só assim a divisão pode prescindir da consulta popular. O povo de nada sabia. Ele mais assistiu do que participou, pois o assunto foi tratado por Geisel como “*sigiloso*”: o presidente delegara os estudos preparatórios para respaldar o ato a uma “*comissão de alto nível*”, composta por pessoas pertencentes à ARENA-MT, que tratou de fornecer-lhe os dados necessários. Além disso, a comissão, temerosa de que a gestão de Geisel findasse sem que o assunto fosse levado a termo, procurou criar “*fatos*” que acelerassem a decisão²⁹.

Discursando no Congresso Nacional no dia da edição da lei, o então deputado federal Antônio Carlos de Oliveira (MDB), que, ao lado de Plínio Barbosa Martins, formava a dupla de maior expressão oposicionista do sul de Mato Grosso à época, criticou a forma anti-democrática que antecedeu ao ato. Afirmou ele que o evento era “*o maior*” para aquela geração mas lamentou pelos “*irmãos do Norte*” que tiveram de aceitar a divisão “*sem uma consulta popular, consulta da qual nós, do sul, não tínhamos um resultado adverso*”. Caso ela tivesse ocorrido, prosseguiu, “*os nossos irmãos do Norte estariam mais felizes ou, pelo menos, aceitariam o fato consciente de que houve uma decisão da maioria*”³⁰. De fato, contrastando com o entusiasmo dos divisionistas no sul, matéria publicada pelo *Correio do Estado*, estampava: “*Cuiabá recebeu a divisão em silêncio, foi o dia mais triste de sua história*”³¹.

²⁹ Em depoimentos que constam da minha tese de doutorado, Paulo Coelho Machado relatou em pormenores o trabalho da comissão, da qual fez parte. Sobre o assunto ver também a esclarecedora entrevista “Os bastidores da divisão II”, revista *Executivo Plus*, p. 05-07, maio 1984.

³⁰ OLIVEIRA, Antônio Carlos de. *Mato Grosso do Sul ou a realidade de muitos sonhos*. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília, 11 out. 1977, p. 03-05.

³¹ Cuiabá recebe a divisão em silêncio. *Correio do Estado*, Campo Grande, 12 out. 1977. p. 03.

Quanto à ausência de partidos políticos e de organizações populares na divisão, os seus resultados logo apareceram. O que mais prejuízos causou à democracia foi o continuísmo herdado da política mato-grossense. Isto resultou, principalmente, da forma pela qual aconteceu a gestão de Mato Grosso do Sul, um processo que não gerou novos quadros políticos capazes de editar a proclamada “*renovação*”.

6 - UMA VELHA POLÍTICA NUM JOVEM ESTADO: A REIN-CIDÊNCIA DOS CHEFES

Nascido sob a égide do “*estado modelo*”, assim que a lei da divisão foi assinada, Mato Grosso do Sul já se viu envolvido numa crise política motivada pela disputa do cargo de primeiro governador. Pode-se dizer por isso, que o estado nasceu em crise.

O postulante-mor ao cargo, à época o ex-governador Pedro Pedrossian, não conseguia obter êxito para ser designado pelo Planalto, uma vez que as duas facções que compunham a ARENA-MS não chegaram a um acordo: o pomo da discórdia era exatamente Pedrossian. O grupo liderado pelo ex-governador José Fragelli opunha-se terminantemente à sua nomeação alegando “*razões éticas e morais*”³². As articulações de bastidores na ARENA patentearam a falta de consenso redundando na nomeação de Harry Amorim Costa, que ocupava um alto posto no Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS). A escolha de Geisel recaiu sobre o “*gaúcho Amorim*” devido à sua reputação de técnico competente em Brasília e, ainda, por ser um “*elemento de fora*”³³, portanto, não pertencente às facções arenistas regionais em disputa. As duas facções da ARENA sul-mato-grossense (“*ortodoxos*” e “*independentes*”) logo depois convergiram momentaneamente: manobras articuladas em Brasília derrubaram o “*governo técnico*”, que durou apenas seis meses. De 1979 a 1980, Mato Grosso

³² FRAGELLI, José. *Entrevista*. Aquidauana, 04 nov. 1995.

³³ GONÇALVES, Valdomiro. *Entrevista*. Campo Grande, 07 fev. 1996.

do Sul ainda teria mais dois governadores nomeados pelo regime militar: Marcelo Miranda Soares e Pedro Pedrossian. Este último, o mentor da destituição de Marcelo e de Harry.

A luta desenfreada pelo poder começou a contrastar com as palavras de ordem dos divisionistas que, desde a década de 30, lançavam as mais duras acusações aos “*terríveis políticos de Cuiabá*”. Rechaçando o “*clientelismo*”, o “*empreguismo*” e o “*mandonismo*” do governo “*do norte*”, reiteravam que, com a divisão, “*teremos a maior dádiva dos deuses- a eliminação na vida econômica e administrativa do sul, dos tubarões da politicalha, desses politiquieiros vorazes, que levaram o Estado a esta situação infeliz- espoliado e empobrecido*”³⁴. Criticavam ainda a falta de “*concorrência*” na condução da máquina estatal, isto é, o “*monopólio*” do poder apenas por determinados políticos do “*norte*” que impediam a renovação.

Mas, apartado do “*norte*”, o primeiro período da história de Mato Grosso do Sul, politicamente marcado pelas manobras que destituíram dois governadores, mostrou que entre o ideário divisionista e a prática da classe dirigente a distância era grande.

A fase dos golpes foi superada com o restabelecimento das eleições para governadores em 1982, quando Mato Grosso do Sul teve o seu primeiro governo eleito, coincidentemente o do “herdeiro” de Vespasiano Barbosa Martins. A esperança de renovação política despontava como perspectiva a ser realizada a partir de então. No entanto, desde a sua fundação até 1998, o estado foi governado pelos mesmos grupos dirigentes. Em grande parte isso ocorreu porque não houve, no período de gestação de Mato Grosso do Sul, a emergência de novas lideranças no cenário político. Não tendo havido um partido que empalmasse a causa separatista e tendo sido a própria divisão um ato de cima para baixo, uma vez criado o novo estado, a tendência foi a consolidação das lideranças já existentes antes de 1977.

Essas lideranças eram provenientes dos antigos quadros da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD). A UDN era forte no sul de Mato Grosso e conhecida como o

³⁴ Boletim n. 1. *Sulinos!* Rio de Janeiro, 24 jan. 1934.

partido “*dos grandes fazendeiros*”, contrário a Vargas. Já o PSD, “*o verdadeiro fiador do regime político que sucedeu o Estado Novo*”³⁵ tinha grande inserção no centro-norte, mais propriamente em Cuiabá, e um perfil governista: o seu maior representante no estado, Filinto Muller, era o *homem forte de Vargas*. Em Mato Grosso as maiores expressões dos dois partidos eram Fernando Corrêa da Costa (UDN), duas vezes governador do estado, e Filinto Muller (PSD), o chefe político que foi tudo em Mato Grosso, exceto governador. Os dois chefes polarizavam o cenário político estadual e foi pelas mãos de um deles que se deu a estréia de um novato na política mato-grossense: Pedro Pedrossian. Com apoio de Filinto Muller, ele foi eleito governador em 1965, derrotando Lúdio Martins Coelho (UDN), o candidato das “*oligarquias do boi magro*”, dos “*grandes fazendeiros*”, com o lema “*o tostão contra o milhão*”³⁶. Naquelas eleições Wilson Barbosa Martins (UDN), que iniciara sua carreira política sob a influência de Fernando Corrêa da Costa e de Vespasiano Barbosa Martins, foi o deputado federal mais votado de Mato Grosso. Entretanto, após o golpe militar, teve seu mandato cassado pelo regime e praticamente não participou da vida pública até 1982.

Uma vez instaurada a ditadura militar em 1964, e, depois, com a extinção dos partidos em 1965, os membros daquelas agremiações, bem como do antigo PTB, filiaram-se aos dois únicos partidos permitidos pelo regime: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Este último foi formado, entre outros, pelos irmãos Barbosa Martins, que depois se incluíam entre as maiores expressões oposicionistas à ditadura militar no sul de Mato Grosso. Quanto à ARENA, o partido do governo, acolheu tanto políticos da antiga UDN quanto do PSD. Por isso, ao ser formada no estado, passou a se constituir em duas facções rivais, que, no final dos anos 70, acabaram sendo lideradas por dois ex-governadores:

³⁵ HIPOLITO, Lucia. *PSD de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988. p. 27.

³⁶ Na campanha eleitoral de 1965 o jornal *Correio do Estado*, favorável à candidatura Lúdio, veiculou matérias nas quais é possível captar a rejeição das grupos tradicionais da UDN a Pedrossian.

José Fragelli e Pedro Pedrossian. Este batizou o grupo de Fragelli de “*ortodoxos*” e o seu de “*independentes*”!

Ao ser dividido Mato Grosso, os grupos políticos hegemônicos no sul eram, portanto, os dois referidos da ARENA, uma vez que a oposição representada pelo MDB estava alijada do poder. Uma das intenções do regime ao promover a cisão do grande Mato Grosso era também a de beneficiar os chefes políticos regionais da ARENA do antigo sul do estado, o que, de fato, aconteceu. Relembre-se da justificativa de Geisel no ato da assinatura da lei quando afirmou que o ato era “*decorrente também de uma necessidade política, tendo em vista um melhor equilíbrio da Federação do dia de amanhã*”. Criando Mato Grosso do Sul o regime passou a contar com mais um governo estadual aliado, além de bancadas parlamentares nas quais se incluía o senador biônico, nomeado pela ditadura. Ainda quanto ao estado nascente, a expectativa política do governo federal, a curto prazo, era a de derrotar o PMDB nas eleições para governadores que ocorreriam em 1982. A possibilidade dessa derrota era condicionada à liderança de Pedrossian, um homem do regime e, além disso, considerado “*bom de votos*”³⁷. Por esta razão ele foi nomeado governador para substituir Marcelo Miranda Soares em 1980. Em outras palavras: a ditadura queria Pedrossian na condição de governador para liderar o processo eleitoral de 1982.

Mas ele não deu ao regime militar a vitória esperada. Quanto à renovação política, mesmo com a vitória do PMDB naquelas eleições o que se verificou até 1998 foi a consolidação da bipolaridade política: ora governou o grupo alinhado a Wilson Barbosa Martins ora o ligado a Pedro Pedrossian. Aliás, criou-se uma espécie de “classe política” que não vacilava em trocar a sigla partidária de uma gestão para outra, respaldando tanto os governos de Wilson quanto os de Pedro. A contar da criação do estado essa prática esteve presente nas gestões governamentais de Wilson Barbosa Martins (1983-1986 e 1995-1998); Marcelo Miranda Soares (1987-1991) e Pedro Pedrossian (1980-1983 e 1991-1995).

³⁷ Na verdade, a fama devia-se mais aos resultados do pleito de 1965, quando Pedrossian foi o “azarão”, derrotando Lúdio Martins Coelho. Já nas eleições de 1978, ao disputar o cargo de senador pela ARENA, quase perdeu para Plínio Barbosa Martins (MDB).

Somados os períodos, Pedrossian acumulou seis anos e três meses como governador de Mato Grosso do Sul e quatro como governador de Mato Grosso. Wilson Barbosa Martins, por sua vez, acumulou ao final de sua segunda gestão, oito anos como governador de Mato Grosso do Sul. Levando-se em conta a origem dos dois políticos nos partidos que mantinham hegemonia em Mato Grosso, percebe-se que, à exceção de Marcelo Miranda, que iniciou sua carreira política nas hostes pedrossianistas, o poder estadual esteve, até agora, sob domínio absoluto dos “herdeiros” de Filinto Muller (PSD) e Fernando Corrêa da Costa (UDN). O mais interessante ainda é que a UDN e o PSD deixaram raízes mais fortes na parte que se separou de Mato Grosso demonstrando que as forças do continuísmo eram mais consolidadas no “sul” do que no “norte”, ou seja, naquela porção que reivindicava renovação.

Apesar do discurso que acompanhou a criação de Mato Grosso do Sul, os elementos históricos de que dispomos hoje são suficientes para concluir que, na verdade, a renovação política desejada já estava comprometida desde o nascimento do estado. A reincidência dos mesmos grupos dirigentes até 25 de outubro de 1998 apenas confirmou a força e o prestígio da classe dos grandes proprietários de terra sul-mato-grossenses e dos antigos chefes políticos de Mato Grosso uno.

7 - VALEU A PENA A DIVISÃO DE MATO GROSSO?

O aniversário de 21 anos de Mato Grosso do Sul nos remete a uma indagação: o jovem estado cumpriu seu ideal? Valeu a pena a divisão?

Olhada na perspectiva do tempo, não há como negar que ela foi positiva para as duas partes, já que tiveram maior impulso econômico após o desmembramento. Mato Grosso do Sul, cuja estrutura é agrária, hoje ocupa o primeiro lugar na pecuária de corte, com mais de 20 milhões de cabeças de gado nelore. O crescimento econômico acelerado, ao lado da redução da expansão demográfica no final dos

anos 80, contribuiu para a boa posição socioeconômica do estado que, em estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas, em 1998, foi incluído entre os de nível alto de desenvolvimento humano. A classificação levou em conta índices relacionados à expectativa de vida, escolaridade e renda. Segundo esses indicadores, Mato Grosso do Sul foi classificado em quinto lugar no rol de estados com alto *índice de desenvolvimento humano* (IDH), enquanto Mato Grosso figurou entre os de nível médio. Apesar dessa classificação, entretanto, o estado continua com grandes desafios a enfrentar, inclusive o da educação pública. Necessidade de diversificação econômica; exploração do turismo; fim da violência nas fronteiras com os dois países vizinhos e resolução de problemas ligados à ocupação da terra também marcam o quadro das grandes questões a serem solucionadas.

Mas, após vinte e um anos, como encaram a divisão de Mato Grosso antigos divisionistas? A secessão valeu a pena? Indagado, Paulo Coelho Machado discorre sobre o tema que ainda lhe desperta paixão: *“Eu acho que sem dúvida. As duas áreas se valorizaram muito com a divisão”*³⁸. José Barbosa Rodrigues concorda mas deixa implícita uma crítica: *“Foi criado o estado para ser um modelo para outras divisões que viriam futuramente. Foi criado o ‘estado modelo’ e de modelo não teve nada! (...). Mas lucrou o norte e lucrou o sul”*³⁹.

Já o ex-deputado Ruben Figueiró analisa que o “norte”, devido à soma de incentivos financeiros federais que recebeu, beneficiou-se mais. Ele enfatiza: *“Reconheço que o processo de divisão, em termos de recursos federais, foi melhor para o norte do que para o sul. Mas isso não tira absolutamente as vantagens políticas, econômicas e culturais que nós tivemos com a divisão”*⁴⁰. Os herdeiros políticos de Vespasiano Barbosa Martins também expressam opinião semelhante. Plínio Barbosa Martins assim considerou: *“Eu acho ainda que valeu. As nossas administrações pecaram mas o estado se formou e nós temos a nossa independência política. Agora, valeu a pena para Mato*

³⁸ MACHADO, Paulo Coelho. *Entrevista*. Campo Grande, 03 jan. 1996.

³⁹ RODRIGUES, José Barbosa. *Entrevista*. Campo Grande, 27 fev. 1996.

⁴⁰ FIGUEIRÓ, Ruben. *Entrevista*. Campo Grande, 08 jan. 1996.

Grosso? Valeu muito. Porque lá hoje o estado é riquíssimo”⁴¹. Por sua vez, o irmão, Wilson Barbosa Martins, ainda acalenta esperanças como as que acompanharam o processo separatista e acrescenta que “*a divisão foi um bem para os dois estados*”⁴².

Mas nem todos são otimistas. O ex-governador José Fragelli, por exemplo, se confessa um “*semi-arrependido*” da causa separatista. Para ele, os dois estados estão “*falidos*”. Fragelli explica que a sua condição de “*semi-arrependido*” se prende ao fato de reconhecer que havia necessidade de desmembrar o sul pois “*o estado era muito grande, mas está mostrando impossibilidade de funcionamento da máquina administrativa e política*”⁴³.

Quanto a Mato Grosso, recentemente viu florescer novo movimento de secessão, desta feita no extremo norte. Os municípios que se auto-denominam “*nortão*” ameaçam apartar-se de Cuiabá fazendo lembrar documento da década de 30 no qual divisionistas sul-mato-grossenses afirmavam que “*a geografia está indicando a todos nós o caminho, bem como está dizendo ao cuiabano: somos três povos; temos três destinos, damos três Estados*”⁴⁴. Será esta a sina de Cuiabá?

8 - “ESTA TERRA AINDA VAI CUMPRIR SEU IDEAL”: A VITÓRIA DA ESQUERDA EM 1998

Passaram-se vinte e um anos da divisão de Mato Grosso e a data não poderia ter transcorrido de maneira mais significativa. O aniversário de Mato Grosso do Sul normalmente é comemorado

⁴¹ MARTINS, Plínio Barbosa. *Entrevista*. Campo Grande, 09 jan. 1996.

⁴² MARTINS, Wilson Barbosa. *Entrevista*. Campo Grande, 12 set. 1995.

⁴³ FRAGELLI, José Manoel Fontanillas. *Entrevista*. Aquidauana, 04 nov. 1995.

⁴⁴ LIGA Sul-Mato-Grossense. *A divisão de Mato Grosso: resposta ao general Rondon*, p. 26.

relembrando-se a saga da divisão. Mas quis a História que este outubro de 1998 tivesse um significado maior: o da verdadeira emancipação do estado. O ciclo político cuja característica foi o revezamento de dois grupos dirigentes no poder chegou ao fim no dia 25 de outubro quando as urnas consagraram a grande vitória de *Zeca do PT* para governador do estado.

Em 1997, nos seus vinte anos, a situação era outra. O ceticismo levou alguns a julgarem que nada havia para comemorar, outros não perceberam que o estado caminhava para a maioria e que forças políticas progressistas e de esquerda, cuja presença no cenário estadual se desenhava desde o final dos anos 70 vinham crescendo. A hegemonia dos grupos dominantes em 1996 foi, inclusive, ameaçada. Outros ainda, mais preocupados com uma “*crise de identidade*” tardia, pensaram até em mudar o nome do estado. Adotando *Estado do Pantanal*, acreditavam que Mato Grosso do Sul deixaria de ser confundido com Mato Grosso. “*Somos todos mato-grossenses*” expressou a maioria: “*permaneceremos Mato Grosso do Sul*”⁴⁵.

A “*crise de identidade*” não diminui o fato de que, na verdade, a divisão foi uma medida acertada. No aspecto econômico, uma vez criado, Mato Grosso do Sul apresentou rápido processo de crescimento e expansão demográfica, resultantes da penetração do capital e migrantes dos estados vizinhos, beneficiando-se da dinâmica das regiões Sul e Sudeste. Estudos indicam que, entre 1981 e 1991, enquanto a economia nacional apresentou taxa média de crescimento de apenas 1,3%, Mato Grosso do Sul registrou ritmo superior a 5% ao ano, em média. Ao mesmo tempo, consolidou-se como estado de estrutura agrária e hoje seu rebanho bovino, superior a vinte milhões de cabeças, é o maior do país.

Mas a ótima *performance* da criação nelore se fez acompanhar da concentração fundiária e da baixa produtividade da terra. Tal como

⁴⁵ A polêmica surgiu em setembro de 1995 quando um grupo de parlamentares do PSDB-MS sugeriu a mudança do nome do estado. Entretanto, a sugestão não chegou a tramitar na Assembléia Legislativa por não ter obtido o número suficiente de adesões naquela Casa. Aproveitando a polêmica, foram realizadas pesquisas de opinião que apuraram ser a maioria contrária à mudança do nome de Mato Grosso do Sul.

mostram os Censos Agropecuários, enquanto em 1970 havia 24.351 propriedades de menos de 10 hectares, em 1985 registravam-se 14.916. A contar da metade dos anos 80, o esvaziamento populacional do campo gerou graves problemas sociais e Mato Grosso do Sul passou a conviver com o fenômeno da favelização nas periferias de suas maiores cidades. A propósito, em 1970 a população rural era superior à urbana, enquanto que em 1992 verificou-se drástica reversão desse quadro: 1.412.885 de habitantes na zona urbana e apenas 365.609 na rural. Atualmente, a população do estado alcança quase dois milhões sendo que 81% na zona urbana. Em Campo Grande concentram-se mais de 600 mil habitantes.

As cidades cheias, os campos vazios, e neles o contraste: de um lado, o imenso verde da soja e o branco do nelore; de outro, as lonas negras dos acampamentos dos sem-terra.

Como era de se prever, o crescimento econômico desacompanhado de políticas sociais contínuas e de distribuição de renda agravou o quadro social, provocou tensões e o surgimento de novos atores no cenário político do estado. A origem social desses protagonistas remonta à segunda metade dos anos 70, portanto, à época em que Mato Grosso foi dividido. Devido às contradições oriundas dessa forma de crescimento, aliadas à conjuntura política da época, a sociedade sul-mato-grossense viveu um momento de grande mobilização política: movimentos de trabalhadores do campo e da cidade, entidades estudantis, ecológicas e de profissionais emergiram. Isto aconteceu porque a criação de Mato Grosso do Sul coincidiu com a luta contra a ditadura militar que, além das organizações citadas, produziu no estado o Movimento Mato-grossense pela Anistia e Direitos Humanos e, depois, em 1980, o Partido dos Trabalhadores. Vale lembrar que já atuava firmemente na luta pela democracia o então Partido Comunista Brasileiro cujos militantes sobressaíam-se em vários movimentos sociais do estado. Era a expressão das camadas populares e dos setores progressistas que não se achavam representados no cenário político estadual. Nessa esteira vieram também a campanha de 1982 e, em 1984, as mobilizações das Diretas-já, dois momentos emblemáticos da história política de Mato Grosso do Sul.

Ao mesmo tempo, a prática política da classe dirigente começava a esboçar o traço continuísta que a marcaria. Aliás, assim que a divisão se concretizou, o discurso de renovação utilizado para criticar o “norte”, caiu no vazio, pois as oligarquias agrárias sul-mato-grossenses reeditaram no “*estado modelo*” a mesma dualidade que polarizou Mato Grosso no período de 1946 a 1965.

Até outubro de 1998 a história política do estado pode ser sintetizada em duas fases: a primeira, de 1979 a 1982, caracterizada por uma sucessão de golpes capitaneados por Pedro Pedrossian contra os dois primeiros governadores. Mato Grosso do Sul teve, em três anos, três governos nomeados pelo regime militar: Harry Amorim Costa, Marcelo Miranda Soares e Pedro Pedrossian. A segunda fase, iniciada em grande estilo, com o restabelecimento das eleições para governadores, em 1982. O primeiro governador eleito de Mato Grosso do Sul foi apoiado por uma ampla frente de oposição ao regime, incluindo o Partido Comunista Brasileiro. Deixou boas realizações e iniciou a democratização de áreas importantes da administração pública, especialmente da educação e da política agrária. A contar do término desse governo, porém, verificou-se a lógica do revezamento entre os dois grupos no poder. Em 1998 chegou a parecer que o ciclo dos antigos chefes ainda iria se prolongar quando o quadro sucessório estadual apontava como prováveis contendores os adversários de 1965: Lúdio Martins Coelho e Pedro Pedrossian.

Mas o continuísmo estava no fim. E, nas condições concretas existentes, só as forças políticas e sociais não comprometidas com ele tiveram a possibilidade de concretizar a mudança almejada desde a divisão de Mato Grosso. Foi isso que a grande maioria da população sul-mato-grossense entendeu nas eleições de 1998, quando, inclusive, a palavra de ordem que se contrapôs à “renovação” foi a de “mudança”. As pesquisas indicavam como favoritos Pedro Pedrossian (PTB) e Ricardo Bacha (PSDB). No início da campanha o ex-governador, considerado uma das maiores lideranças do Centro-Oeste, tinha 60% das intenções de voto. Quanto a Bacha, um “*tucano novo*”, oriundo da esquerda, ganhou reputação de político sério e eficiente nas duas administrações de Wilson Barbosa Martins e logo ultrapassou o “*fazedor de obras*” vindo a ser o favorito.

Os resultados do primeiro turno, porém, revelaram duas grandes surpresas: a derrota do mito Pedrossian e uma vaga do segundo turno para a coligação de esquerda *Muda Mato Grosso do Sul*, que contou com 32,7% dos votos. Ricardo Bacha, como se esperava, ficou em primeiro lugar, obtendo 38,5%. Com este quadro, estava fora da disputa um dos principais chefes políticos do estado que, então, passou a apoiar Zeca do PT. De fato, na campanha do segundo turno, além de nota oficial do PTB, podiam ser vistos adesivos com os dizeres: “*Sou Pedrossian. Voto Zeca*”. A estrela azul, símbolo do pedrossianismo, acompanhava a vermelha em outra propaganda que dizia: “*Pela vontade do povo sou Zeca*”⁴⁶. Ocorre que a vitória de Zeca teria um significado especial para Pedrossian: a derrota de seu histórico rival, Wilson Barbosa Martins, criador da candidatura de Ricardo Bacha. Aliás, a determinação do governador em lançá-lo também contribuiu para o processo de renovação, uma vez que inviabilizou a candidatura dos senadores Lúdio Martins Coelho (PSDB) e Ramez Tebet (PMDB), como também do ex-prefeito Juvêncio César da Fonseca (PMDB), todos pretendentes ao cargo de governador. Com Bacha no páreo, Wilson Barbosa Martins conseguiu afastar da política o seu maior adversário: Pedro Pedrossian.

No embate do segundo turno a coligação *Frente Pela Renovação* (PSDB-PMDB) não foi capaz de conquistar segmentos além dos que tivera no primeiro *round* porque foi herdeira da rivalidade irreconciliável entre Pedro Pedrossian e Wilson Barbosa Martins. Além disso, a população não desejava “renovação” e sim ruptura. A proposta de mudança foi relacionada à esquerda, cuja canção estava na boca do povo: “*Zeca do PT veio pra ficar; veio com coragem, coragem pra mudar*”. O resultado foi a vitória de 61,27% dos votos para as esquerdas transformando o dia 25 de outubro de 1998 numa data que já entrou para o rol dos dias mais felizes de Mato Grosso do Sul.

O significado dessas eleições para o jovem estado é duplo: a) representa o fim de um longo período dominado pelos chefes políticos oriundos da dualidade herdada do antigo Mato Grosso (UDN e PSD);

⁴⁶ A coligação pedrossianista (PTB, PPB, PFL, PV) intitulava-se *Pela vontade do povo*.

b) demonstra que a política tem relativa autonomia pois, num estado de estrutura agrária, onde, segundo dados do Censo Agropecuário de 1996, 12% dos proprietários detêm 80% das terras, Zeca do PT conseguiu a proeza de derrotar dois grupos hegemônicos oriundos das oligarquias. O aspecto simbólico dessa vitória é o fato de que famílias tradicionais no poder são substituídas por um político cujo sobrenome é menos importante do que a sigla de seu partido. José Orcírio Miranda dos Santos, um ex-sindicalista, não provém das classes dominantes, não é possuidor de terras ou de gado, e nem mesmo porta o nome de sua própria família: é conhecido simplesmente como *Zeca do PT*.

Além de ter conseguido estabelecer o diálogo com todos os setores da sociedade, a coligação de esquerda obteve o apoio do Movimento dos Sem-Terra (MST) e, no segundo turno, de grande parte dos fazendeiros. A propósito, expressando um desejo que não era só seu, o presidente do Sindicato Rural de Dourados declarou: “*Voto no Zeca porque acho que ele traz uma nova esperança*”, enquanto outro pecuarista afirmava sobre a hipótese de aumento de invasões: “*Isso não vai afetar. O Zeca é do interior e sabe muito bem o que é uma fazenda produtiva e o que não é*”⁴⁷.

Tudo indica, ainda, que um outro fator concorreu para a vitória petista: a lembrança das eleições municipais de 1996. Naquele pleito, a candidatura de Zeca polarizou Campo Grande vencendo no primeiro turno, mas deixando de ser vitoriosa no segundo por apenas 411 votos, um resultado contestado na Justiça Eleitoral. O desempenho do PT naquela eleição mostrou que, apesar da dualidade hegemônica, forças expressivas vinham crescendo fora da lógica firmada entre pedrossianismo e anti-pedrossianismo. De fato, desde as eleições de 1982 o Partido dos Trabalhadores apresentou-se com candidato próprio, cresceu eleitoralmente e hoje, seguramente, expressa a união das forças de esquerda e progressistas que almejam implementar um projeto de desenvolvimento alternativo ao estabelecido desde a criação

⁴⁷ As declarações de Domingos Sávio de Souza e Silva (Sindicato Rural de Dourados) e de Nilson Lima, dono de mais de 3.000 hectares de terra constam da matéria “PT tem apoio dos fazendeiros”. *Folha de São Paulo*, 22 out. 1998. p. 05.

de Mato Grosso do Sul. Quanto a Campo Grande, demonstrou que não se esquecera de 1996: a predominância da cor vermelha durante a campanha apenas prenunciava o resultado que as urnas consagrariam a 25 de outubro dando 66,04% dos votos a Zeca contra 33,96% a Ricardo Bacha. A cidade era pura alegria e até as crianças abraçaram a candidatura petista⁴⁸.

O aniversário dos 21 anos da divisão não poderia ter sido comemorado de forma mais emblemática: o estado e o Partido dos Trabalhadores atingiram a maioria anunciando que o passado não domina mais o presente. A velha política de Mato Grosso esgotou-se em Mato Grosso do Sul.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Jornais

CACIQUES políticos perdem espaço para novatos. *O Estado de São Paulo*, 06 out. 1998. Caderno A, p. 06.

GUERRILHA política domina MS. *O Estado de São Paulo*, 24 out. 1998. Caderno A, p. 04.

IBOPE coloca Bacha na frente de Pedrossian. *Correio do Estado*, Campo Grande, 30 set. 1998. p. 03.

PEDRO é recebido no berço político. *Diário do Povo*, Dourados, 29 set. 1998. p. 02.

⁴⁸ Em muitas escolas infantis houve, ao longo da campanha, simulação das eleições. Nessas ocasiões as crianças se envolviam profundamente e elaboravam desenhos sobre o tema. Guardo em meus arquivos muitos desses desenhos extremamente criativos e afetivos nos quais, geralmente, as crianças, ao lado de seus nomes, adicionavam “e Zeca do PT”. Além disso, o uso de adesivos petistas transformou-se numa “febre” entre esses pequenos “eleitores”.

- PESQUISA confirma Bacha e Pedro no segundo turno. *Diário da Serra*, Campo Grande, 04 out. 1998. p. 01-03.
- POPULAÇÃO escolhe amanhã quem governará Mato Grosso do Sul. *Correio do Estado*, Campo Grande, 24/25 out. 1998. p. 01-03.
- PT tem apoio dos fazendeiros. *Folha de São Paulo*, 22 out. 1998. Caderno Especial, p. 05.
- RENOVAÇÃO ou mudança. *O Palanque*, Campo Grande, 1998. p. 03
- VELHA política divide o jovem Mato Grosso do Sul. *O Estado de São Paulo*, 13 set. 1998. Caderno A, p. 11.
- ZECA do PT lidera com sem-terras e fazendeiros. *O Estado de São Paulo*, 25 out. 1998. Caderno A, p. 11
- ZECA do PT é eleito governador de MS. *Correio do Estado*, Campo Grande, 26 out. 1998. p. 01-03.

Documentos

- BRASIL. Ministério do Planejamento. *Exposição de motivos sobre a criação de Mato Grosso do Sul*. Brasília, 24 ago. 1977.
- BRASIL. Poder Executivo. *Mensagem 295/77 ao Congresso Nacional*. A criação de Mato Grosso do Sul. Brasília, 1977.
- BRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento*. São Paulo : Sugestões Literárias, 1975.
- COELHO, Lúdio Martins. *Ao povo sul-mato-grossense*. Campo Grande, 26 out. 1998.
- GEISEL, Ernesto. Pronunciamento. In: GONÇALVES, Valdomiro. *Três Lagoas na Câmara Federal*. Brasília : Centro de Documentação e Informação, 1978.
- INSTITUTO Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Atlas fundiário brasileiro*. Brasília : INCRA/PNUD, 1996.

- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia. *Mato Grosso do Sul: informações básicas*. Campo Grande, 1993.
- MOVIMENTO Pró-Divisão de Mato Grosso. *Manifesto*. Campo Grande -MT, 01 jun. 1959.
- OLIVEIRA, Antônio Carlos de. *Mato Grosso do Sul ou a realidade de muitos sonhos*. Brasília : Centro de Documentação e Informação, 1977.
- PARTIDO do Movimento Democrático Brasileiro. *Programa de Governo: diretrizes*. Campo Grande, set. 1994.
- PARTIDO Trabalhista Brasileiro. *PTB apóia Zeca do PT*. Campo Grande, 19 out. 1998.
- PARTIDO da Social Democracia Brasileira. *Bancada do PSDB contesta senador Lúdio Coelho*. Campo Grande, 26 out. 1998.
- PARTIDO dos Trabalhadores. *Programa de Governo*. Campo Grande, set. 1998.
- RONDON, Antônio e outros. *A divisão de Mato Grosso: resposta ao general Rondon*. Maracaju, 1934.

Livros

- ANDRADE, Arlindo. *Erros da federação*. São Paulo : [s.n.], 1934.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1969.
- COUTO e SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1967.
- BARBOSA, Emílio Garcia. *Os Barbosas em Mato Grosso*. Campo Grande : Correio do Estado, 1961.
- BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em

História Social) - Universidade de São Paulo - USP.

GARCIA, Philadelfo. *A versão e o fato*. Londrina : Branco e Preto, 1994.

HIPPOLITO, Lucia. *PSD de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

LIMA, Asturio Monteiro de. *Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis*. São Paulo : Soma, 1978.

LINS, Antonio Lopes. *Eduardo Olimpio Machado*. Cuiabá : Fundação Cultural de Mato Grosso, 1976.

MACHADO, Paulo Coelho. *Arlindo de Andrade*. Campo Grande : Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1988.

_____. Os bastidores da divisão II. *Executivo Plus*, Campo Grande, maio 1984.

MARTINS, Demosthenes. *História de Mato Grosso*. São Paulo : Vaner Bicego, [s.d.].

_____. *A poeira da jornada*. Memórias. São Paulo : Resenha Tributária, 1980.

MARTINS, Oclécio Barbosa. *Pela defesa nacional: estudo sobre redivisão territorial do Brasil*. [s.l. : s.n.], 1944.

MELO e SILVA, José de. *Canaã do oeste (Sul de Mato Grosso)*. Campo Grande : Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

MENDONÇA, Rubens de. *Dicionário biográfico mato-grossense*. Goiânia : Rio Bonito, 1970.

NOVIS NEVES, Maria Manuela Renha de. *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro : Vértice & IUPERJ, 1988.

RODRIGUES, José Barbosa. *História de Mato Grosso do Sul*. São Paulo : Editora do Escritor, 1985.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. V. 5 O Estado Novo. Rio de Janeiro : José Olympio, 1938.